

A NARRATIVA HISTÓRICA NA PROSA DO MUNDO

Antonio Celso FERREIRA¹

- RESUMO: O artigo propõe a discussão do tema Narrativa e História, situando este debate recente no âmbito tanto da historiografia quanto dos estudos literários. O objetivo é indicar a tendência atual da historiografia no tocante à problematização da linguagem, e a emergência de um novo historicismo na criação e nos estudos literários.
- PALAVRAS-CHAVE: Narrativa e história; historiografia e narrativa ficcional; história e literatura; novo historicismo.

Narrativa e História, Narrativa e Imaginário são os temas da reflexão em curso. Separados, cada um destes termos remete a um universo próprio. Narrativa, o vocábulo unificador, envolve as formas inventadas pelo homem – portanto múltiplas e mutáveis no tempo, ainda que enredadas a arquétipos imemoriais – para dar significado e temporalidade ao mundo em que ele se insere. A narrativa aciona a intrincada rede da linguagem, perseguindo a utopia perene de colocar em relação as *palavras e as coisas*, conforme o belo título evocado por Michel Foucault em seu livro literariamente mais celebrado e filosoficamente mais polêmico (Foucault, 1992).

Como criação humana, ela é, antes de mais nada, ato da imaginação, e assim imersa no insólito continente do imaginário que é, por sua vez, um lugar espesso de significados, inatingível em seus limites e profundezas. O imaginário é individual e coletivo, atravessado pelas forças da razão e da inconsciência, livre e condicionado, mítico e histórico, sem que se possa distinguir perfeitamente onde se inicia e onde acaba cada um desses vetores.

A literatura, como é sabido, é indissociável do imaginário, e faz dele sua razão de ser. E por tal via chega-se à história, campo discursivo nascido no mesmo território, e termo que propositadamente deixei por último neste cruzamento. A ele dedicarei maior atenção aqui, com a intenção de sondar suas aproximações e distâncias estabelecidas com as narrativas em geral, ou com a ficção, em particular.

Nos dois casos, observa-se, sem dúvida, uma mudança radical de rumos em relação à sua herança oitocentista. Conforme demonstrou habilmente Hayden White, a historiografia profissional, construída desde o século XIX, perseguiu o ideal de afirmar-se no tronco das ciências, tentando desvencilhar-se da filiação à arte literária, ou à retórica mais propriamente, como até então era considerada. Nesse intento, ela não só despertou a hostilidade dos defensores do sistema científico, para os quais seria uma modalidade impura de conhecimento – porque atolada na subjetividade –, como também de parte dos próprios artistas e escritores, adversários de seu utilitarismo

¹ Universidade Estadual Paulista - UNESP/Assis.

político, de sua pretensa neutralidade e de sua sensibilidade reprimida. Tal hostilidade deu-se sobretudo dos anos precedentes à Primeira Guerra às vésperas do segundo conflito mundial (White, 1994, p.39-64).

Na historiografia profissional desde 1930, pareceu haver certo consenso de que as afinidades entre a história e a literatura seriam apenas superficiais. Elas estariam reduzidas, quando muito, à semelhança na forma textual, encontradas na epiderme dos escritos, nada mais. Lucien Febvre, por exemplo, um dos mais expressivos historiadores dos *Annales*, gostava muito de Literatura e escrevia páginas de rara beleza, sempre perseguindo, entretanto, a idéia de uma ciência histórica, e sem indagar-se a respeito da estrutura literária de seus textos. A *Escola dos Annales*, representante máxima da historiografia profissional do nosso século, combateu de maneira aguerrida a concepção da história como narrativa dos acontecimentos – praticada nos oitocentos –, procurando afastar-se, desse modo, dos modelos narrativos básicos de construção de enredos, e assim se deslocando para se apropriar dos modelos analíticos das ciências sociais².

Ainda hoje, muitos continuam a pensar dessa forma, a despeito das inusitadas experiências narrativas da autodenominada *história nova* e suas reflexões teóricas cada vez mais ousadas acerca do campo disciplinar da historiografia, de seu estatuto epistemológico, seus objetos, métodos, fontes e escrita. Admitem que o historiador pode lançar mão de recursos literários, o que tem por efeito reduzir a questão aos estilos de escrita, aos modos do bem-escrever, à aceitação de uma dose equilibrada de imaginação criadora. Como isso são mantidos os paradigmas analíticos da história-ciência, ou no máximo, como entende Peter Gay, da história como uma mistura ambígua de ciência e arte (Gay, 1991).

O interessante é que tal deslocamento correspondeu à afirmação, desde o mesmo século XIX, da literatura como campo inteiramente autônomo em relação a outras modalidades discursivas convencionadas como científicas, por oposição a ela. As inúmeras forças descentralizadoras que operaram para essa ruptura foram exaustivamente examinadas por vários estudiosos, de tal maneira que o esforço para sintetizá-las, aqui, seria no mínimo leviano. Foucault, no livro já mencionado, explorou as discontinuidades na episteme ocidental desde o século XVII, a partir de quando a *prosa do mundo*, antes estável numa mesma circularidade, ingressou na era da fragmentação. Para ele, o fascínio que a literatura tem demonstrado pelo ser bruto da linguagem, ao longo do século XX, seria o corolário dessa dispersão das narrativas, uma vez que a ela apenas ficaria reservada essa flora selvagem, da qual as ciências se afastaram com suas novas espécies domesticadas. Por outro lado, a preocupação atual com os próprios discursos, nos diversos ramos das ciências humanas, talvez seja o indicativo de uma nova congregação

² O assunto vem sendo amplamente discutido em trabalhos, dentre outros, como os de Stone (1979), Burke (1992) e Ricoeur (1994). Para uma compreensão mais apropriada da trajetória da *Escola dos Annales*, ver Burke (1991).

simbólica, que viria afetar todos os saberes, seja lá o que isso possa significar (Foucault, 1992).

Outros autores investigaram a emergência, na modernidade, das noções de ficção e verdade como coisas opostas, base do divórcio entre arte e ciência. As concepções de história desde os oitocentos, que pretenderam a cientificidade da disciplina ou as manifestações do realismo e do naturalismo na literatura do mesmo século, tiveram como fundamento essa distinção artificial. Segundo Costa Lima, aliás, um verdadeiro veto ao ficcional, um controle do imaginário, decorrente do racionalismo, desenrolou-se desde meados do século XVIII, atravessando os mais variados discursos (Costa Lima, 1984). Poesia, filosofia, arte e ficção seriam cada vez mais desqualificadas como modos de conhecimento da realidade, passando a habitar um terreno quase etéreo: lugar de fantasia para o artista ou de metafísica para o intelectual; espaço maldito dos rebeldes ou ilha de pura fruição estética para o homem refinado. De outro habitariam as ciências dos homens sensatos e progressistas, com suas leis e seus postulados de objetividade, racionalidade ou referencialidade cumprindo funções utilitárias³.

No tocante à historiografia, o reconhecimento da estrutura literária e mesmo filosófica de sua escrita é relativamente novo, instalando-se como indagação radical aos pressupostos do racionalismo, do cientificismo, e da decorrente oposição arte/ciência ou ficção/verdade. A tendência remonta ao decênio de 1960, a partir de quando surgem várias obras voltadas para o assunto, principalmente no âmbito da filosofia analítica, da semiologia e da hermenêutica⁴, e mais ocasionalmente da própria teoria da história, sem falar das experimentações narrativas na historiografia, que não foram poucas. Seria fastidioso e impróprio, nesta exposição, recuperar as obras e vertentes que têm contribuído para tal reorientação, mas cabe, ao menos, sublinhar alguns trabalhos precursores.

Hayden White, polemista já citado, destaca-se como um dos principais analistas da narrativa histórica. Para ele, *a historiografia surge no mundo ocidental sobre o fundo de um discurso literário ficcional*, e embora tenha procurado desvencilhar-se desse legado, com ele continua a compartilhar *sistemas de produção de sentido e modos de colocação em enredo*. Não obstante, White argumenta que os historiadores ainda estão aprisionados a uma concepção realista de representação, herdada do século XIX, já há muito abandonada pela Literatura e pelas Artes, ou até mesmo por algumas especialidades científicas. Para o autor, a maioria dos historiadores teima em não ver o elemento imaginário de seus escritos, assim aceitando implicitamente uma

³ Retomo nesta parte argumentos e trechos do artigo que escrevi em outra oportunidade: *História e Literatura: fronteiras móveis e disciplinares* (Ferreira, 1996). A referência à oposição entre arte e filosofia, de um lado, e ciência, de outro, característica do século XIX, é baseada em White (1994).

⁴ Um quadro preliminar de como a narrativa foi estudada nesses campos encontra-se no artigo de Bomeny (1990).

idéia de representação, tomada como transparência do real, há muito rejeitada nas artes (White, 1994).

Roland Barthes já examinara essa concepção em fins da década de 1960, ao estudar as principais estratégias narrativas da historiografia convencional. De acordo com ele, o elemento imaginário ou ficcional do discurso histórico é escamoteado por um narrador oculto, que se vale de documentos ou testemunhos de outrem para criar um *efeito de realidade* ao abordar o passado (Barthes, 1970).

Seria injusto, contudo, afirmar que toda produção historiográfica contemporânea acomoda-se a essas normas de discurso. A denominada *nova história cultural*, uma das vertentes historiográficas atualmente em crescimento, tem identificado a representação como um dos problemas centrais da disciplina, procurando respostas a uma pergunta crucial: como a narrativa histórica representa a realidade? (Hunt, 1992). A própria noção de documento, que sustentava a narrativa convencional, foi alvo de inúmeras interrogações, bem como foi realçado o papel ativo do historiador em sua recolha e interpretação, rompendo-se assim a idéia de que cabe a ele o simples registro dos testemunhos (Le Goff, 1990). Historiadores estrangeiros renomados, alguns deles tidos como herdeiros dos *Annales*, têm experimentado práticas narrativas novas, enfatizando a natureza sempre parcial não só dos testemunhos utilizados como também do próprio ato discursivo. Livros como os de Le Roy Ladurie (1979), Georges Duby (1990), Natalie Davies (1983), Carlo Ginzburg (1987), Simon Schama (1989), no exterior, ou de brasileiros como Nicolau Sevcenko (1991) e Emília Viotti da Costa (1998) – para lembrar apenas alguns – são exemplos de escritos históricos que podem ser lidos como bons romances ou narrativas densas, na forma de focos narrativos distintos, capazes de problematizar o passado sem submetê-lo às verdades incontestáveis dos escritos unitários.

A isso também se acrescenta o surgimento, há várias décadas, de vertentes historiográficas diversas dedicadas a temas antes abordados preferencialmente pelo romance, o que se constituiu em novo fator de aproximação com a literatura. São elas a história das mentalidades, do cotidiano e da vida privada, do imaginário, das classes populares, das mulheres etc; algumas pautadas em estudos da memória, métodos da história oral e da micro-história. Em tais vertentes, tem sido posta em relevo a dimensão simbólica e subjetiva da experiência humana, tanto individual quanto coletiva, em perspectiva que muito se beneficiou dos retratos ficcionais criados pelo romance.

Além disso, torna-se cada vez mais freqüente, entre os historiadores, a indagação a respeito da natureza de sua narrativa, desdobrada em perguntas tais como: de onde falo, o que transmito, como escrevo, a quem me dirijo? Neste aspecto, as reflexões de Michel de Certeau sobre o lugar social e institucional da *operação histórica* contribuíram sobremaneira para o despertar de uma consciência autocrítica na historiografia recente (De Certeau, 1979). Mas foi Paul Veyne quem levou mais longe a auto-análise do exercício historiográfico, ao entender que a narrativa histórica constitui-

se de tramas e enredos urdidos pelo historiador a partir de acontecimentos escolhidos, bem como de testemunhos lacunares ou selecionados do passado. Para Veyne, ela nada mais é do que um *romance verdadeiro*, que tem como referente o acontecido. Neste único aspecto, ela difere da ficção, cujo ponto de sustento é o fato inventado – o que poderia ter sido (Veyne, 1992).

Entretanto, ao escolher fatos, construir tramas e conferir sentidos, o historiador não deixa de inventar, à sua maneira. Se tal visão *literária* da narrativa histórica pode ser interpretada como uma veleidade do historiador, não custa recorrer à autoridade de um consagrado escritor de romances. Ninguém menos que José Saramago, para quem

parece legítimo dizer que a História se apresenta como parente próxima da ficção, dado que, ao rarefazer o referencial, procede a omissões, portanto a modificações, estabelecendo assim com os acontecimentos relações que são novas na medida em que incompletas se estabeleceram. É interessante verificar que certas escolas históricas recentes sentiram como que uma espécie de inquietação sobre a legitimidade da História tal qual vinha sendo feita, introduzindo nela, como forma de esconjuro, se me é permitida a palavra, não apenas alguns processos expressivos da ficção, mas da própria poesia. Lendo esses historiadores, temos a impressão de estar perante um romancista da História, não no incorrecto sentido duma História romanceada, mas como o resultado duma insatisfação tão profunda que, para resolver-se, tivesse de abrir-se à imaginação (Saramago, 1990).

É sugestivo que a observação proceda de um escritor de ficção, e ainda mais, um dos criadores daquilo a que se tem chamado de *romance histórico contemporâneo*, ou *metaficção historiográfica*. Ela permite não só reforçar os laços de vizinhança entre história e literatura, da maneira como tentei expor até aqui, como também sondar as características e razões de tal reaproximação.

Para tanto, retomo o ponto de partida a respeito do significado da narrativa. De acordo com Paul Ricoeur, pensador que também afirma a identidade estrutural entre a historiografia e a narrativa de ficção, tanto como o parentesco profundo entre a exigência da verdade desses dois modos de linguagem, o mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal: *o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal* (Ricoeur, 1994, p.15). Dessa maneira concebidas, historiografia e narrativa de ficção são formas de conhecimento do mundo, em sua temporalidade, o que levaria a contestar tanto as noções puramente estéticas ou autônomas da literatura quanto a idéia da escrita da história como um discurso científico de natureza oposta à narrativa. A assertiva encontra tradução poética nas palavras, mais uma vez, de Saramago:

História e Romance seriam tão-somente expressões da mesma inquietação dos homens, os quais, como múltiplo Janos bifronte, voltados a uma e outra parte, e

Antonio Celso Ferreira

do mesmo modo que tentam desvendar o oculto rosto do futuro, teimam em procurar, na impalpável névoa do tempo, um passado que constantemente se lhes escapa e que hoje, talvez mais do que nunca, quereriam integrar no presente que ainda são (Saramago, 1990).

Mas o que acontece quando o rosto do futuro irremediavelmente se apaga? A incerteza quanto à capacidade humana de emprestar a seus feitos um sentido temporal de significados comuns do passado ao futuro. Isto é, uma desconfiança em relação ao próprio poder da linguagem e da narrativa de estruturar a experiência humana num mesmo fio condutor compartilhado pela utopia. Lyotard referiu-se a isso como sinal da descrença contemporânea em relação às *metanarrativas*, às *filosofias da história* e à própria idéia de *progresso*, que alimentaram os saberes da modernidade, incluindo a literatura e a história (Lyotard, 1984).

Esta parece ser a principal indagação de fundo capaz de sugerir explicações para o fato mesmo de atualmente se colocar em pauta a relação história e narrativa e suas equações correspondentes, a saber: história e literatura, realidade e ficção. O presente colóquio é sintomático de algo que toma corpo nos estudos literários, bem como na própria criação artístico-literária, e não deixa de ter semelhança com o que acontece nos debates historiográficos. Se, nestes últimos, constata-se a tendência crescente de se buscar *insights* literários, observa-se a emergência de um *novo historicismo* nos primeiros. Após quase um século de auto-afirmação científica segundo modelos das ciências naturais e, posteriormente das sociais, a historiografia parece deslocar-se progressivamente para o campo literário, embora não sem ressentimentos em suas bases, a julgar pelas constantes críticas ao chamado *linguistic turn*. O paralelo disso nos estudos literários e na *metaficção historiográfica – o romance pós-moderno –*, seria uma reorientação para a história, depois do predomínio, durante muitas décadas, seja do formalismo seja do esteticismo anistóricos. Não será o caso, nesta exposição, de sondar a natureza desse *novo historicismo literário*, mas tão somente apontá-lo como correspondente da *nova historiografia*.

Em ambos os campos descobriu-se, segundo Linda Hutcheon, “que a ficção e a história são discursos, que ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado. Em outras palavras, o sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado” (Hutcheon, 1991, p.122). Talvez hoje, o que pode restar para o historiador, o romancista e o estudioso de literatura, pouco mais seja que se indagar sobre o sentido das palavras e das coisas na nova prosa de um mundo virtual, saturado de narrativas, cujos signos não se ligam, ou, no máximo, se justapõem velozmente num grande *videoclip*. Mas esta já seria outra história.

FERREIRA, A. C. Historical narrative in the prose of the world. *Itinerários*, Araraquara, n.15/16, p. 133-140, 2000.

- **ABSTRACT:** *This article aims at discussing Narrative and History and places this recente debate within the reach of both Historiography and Literary Studies. The objective is to point out recent tendencies in Historiography as far as language is concerned, as well as the rise of a new historicism in the literary creation and in the literary studies.*
- **KEYWORDS:** *Narrative and History; Historiography and fictional narrative; History and literature; new historicism.*

Referências Bibliográficas

- BARTHES, R. El discurso de la historia. In: _____. *Estructuralismo y literatura*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1970.
- BOMENY, H. Encontro suspeito: história e ficção. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v.33, n.1, p.83-118, 1990.
- BURKE, P. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____. *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992. p.326-48.
- _____. *A Escola dos Annales - 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1991.
- COSTA LIMA, L. *O controle do imaginário: razão e imaginário no ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- COSTA, E. V. *Coroas de glória, lágrimas de sangue*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DAVIS, N. Z. *The Return of Martin Guerre*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.
- DE CERTEAU, M. A operação histórica. In: LE GOFF, J. e NORA, P. (Orgs.) *História: novos problemas*. Trad. Theo Santiago. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p.17-48.
- DUBY, G. *The legend of Bouvines*. Trad. C. Tihanyi. Cambridge, 1990.
- FERREIRA, A. C. História e Literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares. In: _____. *Pós-História*. Assis: FCL/UNESP, 1996. p.23-44.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- GAY, P. *O estilo na História*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia. das Letras, 1991.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes*. 8.ed. São Paulo: Companhia. das Letras, 1987.

Antonio Celso Ferreira

- HUNT, L.(Org.). *A nova história cultural*. Trad. Jefferson L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HUTCHEON, L. *Poética do pós-modernismo*. História. Teoria. Ficção. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 1990.
- LE ROY LADURIE, E. *Carnival in romans*. Trad. Mary Feeney. Nova York: Braziller, 1979.
- LYOTARD, J. F. *The postmodern condition: a report on knowledge*. Manchester: Manchester University Press, 1984.
- RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. Tomo I. Trad. Constança M. Cesar. Campinas: Papyrus, 1994.
- SARAMAGO, J. História e ficção. *Jornal de Letras, Artes e Idéias*, Lisboa, 6 mar. 1990. p.17-9.
- SCHAMA, S. *Citizens*. Nova York, 1989.
- SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- STONE, L. O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história. Trad. Denise Bottman. *Revista de História*. Campinas, n.3, 1991.
- VEYNE, P. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Trad. Alda Baltar e Maria A. Kneipp. Brasília: UnB, 1982.
- WHITE, H. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio C. de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 1994.

■ ■ ■